



## **ARQUITETURA ESCOLAR INCLUSIVA: PROMOVEDO INTERDEPENDÊNCIA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS**

### ***INCLUSIVE SCHOOL ARCHITECTURE: PROMOTING INTERDEPENDENCE IN BRAZILIAN SCHOOLS***

**Aline Eyng Savi**, Dra., Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), E-mail: [alinesavi@unesc.net](mailto:alinesavi@unesc.net)

**Sara Medeiros dos Santos Pizzatto**, Mestre, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), E-mail: [saramsp@unesc.net](mailto:saramsp@unesc.net)

**Rúbia Carminatti Peterson**, Mestre, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), E-mail: [rcarminatti@unesc.net](mailto:rcarminatti@unesc.net)

**Júlia Brehm Santos**, Mestre, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), E-mail: [juliabrehm.arq@gmail.com](mailto:juliabrehm.arq@gmail.com)

**Elaine Guglielmi Pavei Antunes**, Dra, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), E-mail: [elainegpa@unesc.net](mailto:elainegpa@unesc.net)

**Resumo:** Este ensaio analisa como a arquitetura escolar pode transformar-se de barreira excludente em ferramenta de justiça espacial, promovendo interdependência, pertencimento e inclusão de estudantes com deficiência, a partir de evidências empíricas e fundamentos do Desenho Universal aplicados ao contexto educacional brasileiro.

**Palavras-chave:** Arquitetura escolar, inclusão, acessibilidade arquitetônica.

**Abstract:** *This essay analyzes how school architecture can transform from an exclusionary barrier into a tool for spatial justice, promoting interdependence, belonging, and inclusion for students with disabilities, based on empirical evidence and the foundations of Universal Design applied to the Brazilian educational context.*

**Key-words:** *School architecture, inclusion, architectural accessibility.*

## **1 INTRODUÇÃO**

No Brasil, cerca de 8,9% da população possui algum tipo de deficiência, totalizando aproximadamente 18,6 milhões de pessoas. Apesar da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), muitas escolas públicas ainda carecem de recursos básicos como rampas e corrimãos.

Estima-se que 27% das instituições não dispõem de infraestrutura mínima de acessibilidade, comprometendo não apenas o direito à educação, mas a construção de uma sociedade interdependente. A exclusão educacional de crianças com deficiência permanece alarmante: cerca de 178 mil crianças entre 4 e 5 anos não frequentam a pré-escola por dificuldades de acesso, representando 42% das não matriculadas nessa faixa etária.



# Território, Espaço Construído e Meio Ambiente

A taxa de analfabetismo entre pessoas com deficiência é de 19,5%, comparada a 4,1% da população sem deficiência. No mercado de trabalho, apenas 26,6% das pessoas com deficiência estão ocupadas, frente a 60,7% das sem deficiência, evidenciando um ciclo de exclusão iniciado nos espaços escolares.

O presente ensaio tem como objetivo analisar criticamente como as barreiras arquitetônicas em escolas públicas brasileiras contribuem para a exclusão de estudantes com deficiência. O estudo adota uma metodologia crítico-interpretativa fundamentada na pesquisa-ação e na Avaliação Pós-Ocupação. As fontes utilizadas incluem a NBR 9050:2020, o Decreto nº 5.296/2004 e a Constituição Federal de 1988. Essa abordagem permite uma análise sistemática e socialmente engajada da acessibilidade espacial.

As escolas avaliadas representam 100% da rede municipal de ensino fundamental dessas cidades. Os dados de campo foram coletados por meio de planilhas, cada uma correspondente a um segmento espacial (rota) da escola — desde as calçadas públicas até os ambientes pedagógicos internos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A acessibilidade arquitetônica, portanto, transcende o campo normativo, sendo um imperativo ético e social. Estudos nacionais apontam que a ausência de sanitários adaptados, sinalização tátil e rotas acessíveis compromete a permanência escolar (Silva & Andrade, 2021; Pereira & Souza, 2020).

A arquitetura escolar, se orientada pelos princípios do Desenho Universal, pode desempenhar papel transformador, promovendo convivência, co-presença e valorização da diversidade (Imrie, 2001). A experiência espacial de pessoas com diferentes habilidades deve compor o processo projetual. Heylighen (2023) defende que a inclusão só é efetiva quando o usuário é incorporado ao raciocínio de projeto, respeitando diferentes formas de percepção, mobilidade e aprendizagem. Kitchin et al. (2021) acrescentam que o desenho inclusivo é essencial para garantir o uso equitativo de espaços coletivos. Saraswat (2023) reforça que o acesso universal é chave para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Neste contexto, a arquitetura escolar deve ser compreendida como elemento estruturante da inclusão ou da exclusão. Espaços desenhados com base no Desenho Universal favorecem uma justiça espacial ativa, ampliando possibilidades de aprendizagem, pertencimento e interdependência desde a infância. Esse entendimento está em consonância com documentos internacionais, como a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que apontam para a criação de sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nas respostas das planilhas, calcula-se o Coeficiente de Acessibilidade e considera-se acessível a rota que obtiver 70% ou mais de conformidade normativa. Os relatórios técnicos



resultantes têm sido utilizados por gestores municipais para subsidiar reivindicações por intervenções espaciais e planejamento de políticas públicas inclusivas.

Os resultados evidenciam um cenário crítico de exclusão arquitetônica nas escolas públicas municipais do sul de Santa Catarina. O índice geral de acessibilidade obtido foi de 67,8%, abaixo do mínimo ideal de 70%, revelando que a maioria das escolas não atende plenamente aos requisitos da NBR 9050/2020. Rotas externas, como “A rua em frente à escola”, apresentaram índice alarmante de apenas 20%, comprometendo o acesso desde a chegada do aluno. Espaços pedagógicos centrais, como biblioteca (33,3%) e salas de atendimento (36,4%), também demonstram forte inadequação, justamente em ambientes que deveriam promover inclusão e suporte individualizado. Apesar de rotas como sanitários (84,6%) apresentarem desempenho superior, a fragmentação dos resultados indica soluções pontuais e não sistêmicas.

O texto organiza-se em quatro eixos argumentativos: (1) histórico da acessibilidade escolar no Brasil e a evolução normativa; (2) fundamentos teóricos sobre justiça espacial, interdependência e co-presença; (3) análise do estudo de caso com base nos dados técnicos e fotográficos; e (4) discussão sobre o papel da arquitetura na formulação de políticas públicas inclusivas. As conclusões revelam que falhas recorrentes na infraestrutura escolar brasileira reforçam desigualdades educacionais históricas.

O ensaio contribui teoricamente ao reposicionar a acessibilidade como estrutura de cidadania e justiça espacial, e propõe diretrizes práticas de projeto, fundamentadas no Desenho Universal e no envolvimento da comunidade escolar. Impacta diretamente o campo disciplinar da arquitetura, ao reafirmar a responsabilidade do arquiteto frente à equidade social. Ao alinhar-se a marcos como os ODS da ONU (Objetivo 4 – Educação de Qualidade), a proposta reafirma o papel da arquitetura como agente de transformação social e promotora da diversidade.

## REFERÊNCIAS

- ABNT. (2020). **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- Imrie, R. (2001). **Inclusive design**: Designing and developing accessible environments. Spon Press.
- Kitchin, R., Matthews, H., & Kearns, A. (2021). **Exploring the accessibility of sport stadia for people with disability**: Towards the development of a Stadium Accessibility Scale (SAS). *Disability and Society*, 36(8), 1250–1268. <https://doi.org/10.1080/09687599.2020.1846500>
- Oliveira, S. P., & Lima, D. R. (2022). **Tecnologias assistivas na educação inclusiva**: Uma análise das práticas escolares. *Educação e Tecnologia*, 30(1), 75–89.
- Organização das Nações Unidas. (2006). **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. <https://www.un.org/esa/socdev/enable/documents/tccconvs.pdf>
- Organização das Nações Unidas. (2015). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. <https://sdgs.un.org/goals>
- Pereira, R. T., & Souza, C. M. (2020). **Desenho universal e inclusão escolar**: Uma abordagem arquitetônica. *Arquitetura e Sociedade*, 18(3), 112–129.



Saraswat, S. (2023). **Designing inclusive spaces**: Investigating the role of design in creating accessible environments for people with disabilities in the context of Sustainable Development Goals. *Journal of Inclusive Design and Development*, 7(1), 89–104.

Silva, M. A., & Andrade, L. F. (2021). **Acessibilidade arquitetônica em escolas públicas**: Desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação Inclusiva*, 25(2), 45–60.

UNESCO. (1994). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427>

## **AGRADECIMENTOS**

Ao edital N° 358/2020.